

WITTGENSTEIN E BERGSON

Bento Prado Neto

UFSCar/CNPq

Num artigo intitulado “Bergson et Wittgenstein”¹, J.-C. Pariente avançava, já se vão alguns anos, uma aproximação à primeira vista surpreendente: por sob as evidentes diferenças de estilo, de tradição, haveria uma curiosa coincidência entre esses dois autores. Em ambos encontramos uma insuficiência da linguagem exatamente quando esta seria chamada a cumprir uma missão filosófica (a palavra “insuficiência” devendo ser tomada *cum grano salis*, obviamente, em ambos os autores). Essa aproximação, no entanto, trazia imediatamente o seu limite: esta insuficiência se prendia, em Bergson, ao caráter temporal da realidade, vinculação inexistente nos textos de Wittgenstein de que Pariente se valia para a comparação². Eu gostaria de retomar essa aproximação, aqui, para prolongá-la, valendo-me dos manuscritos de Wittgenstein de 1929/30. De fato, nesses manuscritos, podemos encontrar uma nova figura da insuficiência da linguagem - mais próxima da inefabilidade do real descrita por Bergson do que a do *Tractatus* -, desta vez vinculada ao caráter temporal do real. Mais do que isso, nessa nova articulação entre limitação da linguagem e temporalidade, a presença do *vocabulário* bergsoniano terá uma importância decisiva.

(1) In *Wittgenstein et le problème d'une philosophie de la science*, C.N.R.S., Paris, 1970, pp. 37/58.

(2) Em ambos, os limites da linguagem são determinados, em algum sentido, pela “espacialidade”, mas resta que ela recebe sentidos diferentes em cada um dos dois autores, sendo oposta ao tempo apenas em Bergson; cf., por exemplo, a resposta de Pariente a Vuillemin, em *Bergson et Wittgenstein*, p. 54.

I

Essa nova figura da insuficiência da linguagem, desconhecida pelo *Tractatus*, pode ser encontrada no abandono, consignado já nas primeiras linhas das *Philosophische Bemerkungen*, do projeto de uma linguagem fenomenológica. O que é ali caracterizado como “impossível e desnecessário” é a construção de uma linguagem que se assinalaria por explicitar integralmente a sua gramática, por ser constituída por proposições completamente analisadas, por dar uma representação imediata da experiência imediata³. Esse mesmo objetivo, ainda segundo essa abertura das *Bemerkungen*, “pode e deve” ser alcançado pela comparação entre a *nossa linguagem* e outras possíveis. O que não é possível, então, é a constituição de uma “notação (...) que obedeça à gramática *lógica* - à sintaxe *lógica*”⁴, um “simbolismo que dê uma imagem clara da estrutura *lógica*”⁵. Essa possibilidade de encontrar na própria superfície da linguagem (“um simbolismo”, “uma notação”) a estrutura do sentido encontra seu paradigma na proposição completamente analisada dos aforismas 3.2: nela, a cada elemento do pensamento corresponde um sinal simples. No *Tractatus*, a possibilidade da análise completa se concretizar numa linguagem assinalada é equivalente ao “postulado da plena determinação do sentido”⁶; em 1930, essa equivalência já se desfez, e o abandono da linguagem fenomenológica não equivale mais ao abandono da plena determinação do sentido. Se podemos falar em insuficiência da linguagem, então, é apenas no sentido de que essa plena determinação do sentido não pode ganhar uma expressão simbólica absolutamente transparente: a experiência imediata não será figurada por um simbolismo especial que traria, na sua superfície

(3) Cf. Wittgenstein, *Philosophische Bemerkungen*, trad. *Philosophical Remarks*, Blackwell, Oxford, 1990, p. 51.

(4) *Tractatus*, 3.325.

(5) Cf. “Algumas observações sobre a forma *lógica*”, in *Manuscrito*, Vol. XVIII, N°2, Campinas, UNICAMP, 1995, P. 40.

(6) Cf. *Tractatus*, 3.23.

mesma, a forma do seu sentido, mas esta forma terá que ser desencavada na comparação entre nossa linguagem e outras linguagens possíveis.

Essas observações indicam, rapidamente, o modo pelo qual o conceito de linguagem fenomenológica pode ser abordado a partir do *Tractatus*: trata-se da idéia de uma *linguagem* “completamente analisada”, de um simbolismo perspícuo que pode ser contrastado, de um lado, com “a nossa linguagem”, “traje que disfarça o pensamento”⁷, e, de outro, com a “mecânica”, modo de representação cuja escolha reflete certas regularidades observadas e não a estrutura lógica do mundo⁸. Essas observações se impuseram sobretudo para deixar claro que o que opõe a linguagem fenomenológica a uma linguagem não-fenomenológica (fiscalista) não é uma diversidade de “temas”, mas o modo pelo qual a expressão se dá: figurando plenamente ou não. A partir daqui, é possível descrever em que termos o abandono da idéia de uma linguagem fenomenológica poderá ser entendido como o reconhecimento de uma insuficiência da linguagem para cumprir uma missão filosófica.

De fato, o *Tractatus* fechava qualquer possibilidade de realizar a filosofia por meio de proposições: as proposições só podem expressar aquilo que é assim ao invés de não sê-lo, isto é, só podem expressar o que é contingente, ao passo que o objeto da filosofia é o necessário. Mas, por outro lado, a filosofia, a lógica, a matemática, todas disciplinas que compartilham o caráter necessário de seu alvo, podem se realizar de algum modo, podem se realizar cada uma a seu modo. É nesse ponto que entra, portanto, a aproximação feita por Pariente entre Wittgenstein e Bergson.

Mas cabe notar que, no que diz respeito à filosofia, há duas tarefas diferentes: uma delas, efetuada pelo *Tractatus*, cabe à “lógica” no sentido amplo pelo qual ela é entendida nos aforismos 5.55. Ao lado desta tarefa, há uma outra, pres-

(7) Cf. *Tractatus*, 4.002.

(8) Cf. *Tractatus*, 6.341 e segs. Nos *Notebooks*, a questão da plena determinação do sentido é discutida com relação a esses dois contrapontos: a linguagem comum e a linguagem física. Ver, a esse respeito, o capítulo 1 de “Fenomenologia em Wittgenstein”.

crita mas não realizada pelo *Tractatus*, e que cabe à aplicação da lógica. Se a primeira tarefa nos revelava, entre outras coisas, algo como uma “ontologia formal” (o mundo é constituído por fatos, os fatos são concatenações de objetos, o objeto é simples), ela se mostrava incapaz de nos revelar *quais são as formas dos objetos* - e é essa tarefa que cabe à aplicação da lógica. Se eu analiso completamente as proposições empíricas, eu explicito todos as convenções tácitas, deságuo em nomes simples e, desse modo, *mostro* (e não “digo”) *quais são as formas dos objetos simples, a substância do mundo; obtenho assim as “ontologias regionais”*.

Essa segunda tarefa, portanto, pressupõe a possibilidade de uma linguagem que explicita inteiramente seu sentido, uma linguagem tal que o sentido aflora na superfície do signo. Se não é possível *dizer* qual é precisamente a estrutura do mundo, no entanto é possível *mostrá-la*, e *mostrá-la através da linguagem*, uma vez que é possível uma linguagem que enuncia sem distorção o que ocorre contingentemente. É essa possibilidade de uma linguagem “perspícua” - de uma linguagem completamente analisada, na terminologia do *Tractatus*, ou de uma linguagem fenomenológica, na terminologia das *Bemerkungen*, que vai ser posta em xeque pelas peculiaridades do tempo. Aqui, portanto, a coincidência com Bergson irá assumir um novo aspecto: toda linguagem será, após os resultados da análise do tempo, uma representação necessariamente *distorciva* da realidade, e essa distorção prender-se-á à impossibilidade de uma representação não-distorciva do tempo: na terminologia das *Bemerkungen*, toda linguagem será necessariamente *física*, e nunca *fenomenológica*.

Mas nos interessa introduzir, agora, os termos nos quais esse conceito de linguagem fenomenológica é apresentado nos manuscritos de 1929/30, pois é nessa nova terminologia que se fará o reconhecimento de sua impossibilidade. A linguagem fenomenológica será dita “linguagem não-hipotética”, e ela descreverá o “fenômeno”, o “primeiro sistema”⁹, o “mundo do dado”¹⁰, a “experiência imedi-

(9) Cf., acerca dessas expressões, por exemplo, Wittgenstein, *Wiener Ausgabe, vol I*, Springer, Wien/New York, 1999: *WA I*, pp. 190/191.

(10) Acerca dessa expressão e de sua relação com o “1º sistema”, cf. *WA I*, p. 23.

ata¹¹, em oposição à linguagem não-fenomenológica, à nossa linguagem comum, fisicalista, que descreve o “mundo da física”, o “segundo sistema”¹².

Vejamos como essa oposição é descrita, do ponto de vista do tempo. Por enquanto, fixemos apenas as características do tempo em relação ao “1º” e ao “2º sistemas”, para depois, apenas na segunda seção deste texto, nos determos no resultado que é a impossibilidade de uma linguagem fenomenológica. Em *WA I*, p. 23, após se perguntar se “há tempo no primeiro sistema”, Wittgenstein nos apresenta a seguinte metáfora:

“Quando eu comparo os fatos do primeiro sistema com as imagens na tela e os fatos no segundo sistema com as imagens na película cinematográfica, há, na película, uma imagem presente, imagens presentes e imagens passadas; mas na tela há apenas o presente”.

Essa metáfora será sistematicamente explorada, nos manuscritos de 1929/30 (mas também nos anos seguintes, com consideráveis alterações), e, para o que sobretudo nos interessa aqui, é em seus termos que será exposto o diagnóstico negativo quanto à possibilidade de uma linguagem fenomenológica:

“Com nossa linguagem, nós nos encontramos, por assim dizer, na esfera do filme e não na da imagem projetada. E se eu quiser fazer música de acompanhamento para o que acontece na tela, aquilo que a produz deve também se encontrar na esfera do filme”.

Não há como não lembrar do “mecanismo cinematográfico do pensamento” da *Evolução criadora*. Também ali essa mesma metáfora era acionada para diagnosticar um caráter necessariamente distorcivo (não-fenomenológico) da representação do real, distorção essencialmente associada ao tempo. É certo,

(11) *Bemerkungen*, p. 51.

(12) Cf., por exemplo, *WA I*, p. 23

por outro lado, que, em primeiro lugar, a invenção do cinematógrafo deve ter sido marcante o suficiente para que ele se apresentasse de modo mais ou menos imediato como uma “metáfora” disponível e, em segundo lugar, que a metáfora é (pelo menos à primeira vista - ou sob seu valor de face), nela mesma, explorada de modos bastante diferentes pelos dois autores: assim, por exemplo, o caráter *discreto* das imagens da película cinematográfica é num caso essencial e como tal grifado por Bergson e, no outro, passa despercebido. Que ela *acabe* por servir de suporte para a expressão de uma tese de ares bergsonianos, mas obtida, aparentemente, sem sua participação, não deve eliminar essa forte diferença no modo de explorar uma metáfora banal, para dizer o mínimo.

A presença da mesma metáfora nos dois autores pode portanto ser explicada pelo impacto da invenção do cinema e pela peculiar pertinência dessa metáfora para a tematização do tempo. Mas a coincidência é um pouco mais forte. Segundo Bouwsma¹³, Wittgenstein teria dito que a primeira vez que essa metáfora lhe surgiu foi numa conversa com Frege acerca das *Meditações* de Descartes, provavelmente em 1911; ora, a *Evolução criadora* acabava de ser publicada (1907). A coincidência de datas não deixa de surpreender. Mas o fato é, de um lado, que a própria antigüidade (no percurso de Wittgenstein) dessa metáfora parece afastar seu interesse para a análise das relações entre inefabilidade e temporalidade, uma vez que essa relação só será estabelecida em 1929. E, de outro, as notas de Bouwsma não esquecem de mencionar uma fonte “alternativa” para a meditação wittgensteiniana do tempo: William James. É essa fonte que é, aliás, localizada, de outros e variados meios, por Denis Perrin, em seus estudos sobre a questão do tempo em Wittgenstein¹⁴, nos quais ele procura retrçar as origens da concepção do tempo que está presente nesses textos de

(13) Bouwsma, O.K., *Conversations avec Wittgenstein (1949-1951)*, Agone, 2001, pp. 43.

(14) Cf., por exemplo, “Husserl e Wittgenstein leitores de James: a questão do tempo”, in *Dois Pontos*, vol. 1, n.1, Curitiba/São Carlos, 2004, pp. 59/98.

Wittgenstein de 1929/30. Operando uma aproximação também à primeira vista surpreendente, Perrin compara as análises de Wittgenstein nesse período com as *Lições sobre a consciência íntima do tempo*, de Husserl. O resultado dessa comparação é o de que aquilo que há de convergente entre essas duas análises deve ser reportado a uma influência comum, que Perrin localiza nos *Principles* de W. James, e de que, por outro lado, essa influência seria assimilada de dois modos absolutamente incomparáveis, que correspondem ao que há de próprio em cada uma dessas duas filosofias.

É fato que Wittgenstein faz poucas referências a Bergson: nos manuscritos editados em Bergen encontramos apenas três menções a Bergson (duas das quais são idênticas, isto é, são uma só e mesma observação reeditada), todas bastante lacônicas. E, por outro lado, a maior parte do que Wittgenstein nos diz acerca do tempo, nos manuscritos de 1929/30, se encaixa com muita propriedade (dentro dos limites estabelecidos pelo próprio Perrin) numa filiação jamesiana¹⁵; mas há pelo menos um ponto em que somos obrigados a falar em uma “presença bergsoniana”: trata-se da oposição conceitual homogêneo/heterogêneo para opor o mundo real - o mundo do dado - ao mundo construído pela física. Essa oposição entre a heterogeneidade do mundo real e a homogeneidade do mundo da física irá desaguar na “inefablidade” desse mundo real. Entenda-se: é claro que o mundo do dado não é inefável (não havendo “outro” mundo), é só dele que podemos falar¹⁶. Mas só podemos falar do mundo do dado utilizando a linguagem da física, isto é, transportando-nos do tempo primário heterogêneo para o tempo físico, homogêneo. Em suma, a linguagem distorce necessariamente o mundo real, porque a linguagem necessariamente “homogeiniza” o tempo. Se assim for, podemos à vontade invalidar por princípio qualquer “influência” de Wittgenstein por Bergson, não há como não

(15) Na verdade, boa parte daquilo que se *pode* atribuir a uma leitura de Bergson também se *pode* atribuir a uma leitura de James, dados os muitos pontos de confluência entre os autores.

(16) Cf. *WA I*, p. 190.

reconhecer que, neste último caso, a coincidência não é uma “mera” coincidência. Para mostrá-lo, vou me demorar um pouco no capítulo VII das *Bemerkungen*¹⁷.

II

Esse capítulo VII tem três partes razoavelmente marcadas. A primeira (do parágrafo 67 ao 69), vai mostrar, a partir da caracterização daquilo que seria a linguagem “a mais fenomenológica possível”, que não é possível eliminar totalmente os traços hipotéticos - mesmo uma tal linguagem seria ainda “hipotética” e qualquer coisa “abaixo” dela deixaria de ser linguagem. O diagnóstico final dessa primeira parte deixa claro que é o traço temporal do mundo que se opõe à realização de uma linguagem fenomenológica: o fenômeno “não tem lugar no tempo. Ao passo que a linguagem flui no tempo”.

Segue-se, então, uma segunda parte (do segundo alínea do parágrafo 70 até o parágrafo 74), de andamento mais “positivo”, introduzida por um “por outro lado...”. Por outro lado, eu posso efetuar a análise no que diz respeito aos outros traços, não temporais. Assim, partindo da representação “física” do espaço euclidiano em que me encontro, a análise vai me conduzir a percebê-lo como a confusão entre o espaço visual e o “espaço” das sensações musculares. Ao fim e ao cabo dessa análise da minha percepção do espaço, descubro que nele não há um “eu” ao qual ele seria remetido, que esse “eu que percebe” é o resultado da confusão entre dois espaços diferentes (visual e das sensações musculares). As filiações dessa análise são claras: remontam a Berkeley, mas são renovadas, na virada do século XIX para o XX, por autores como Poincaré. Mas, mais do que isso, é impossível não reconhecer nesse miolo do capítulo VII algo como

(17) São conhecidos todos os problemas vinculados ao texto das *Philosophische Bemerkungen*, e não me delongarei neles. Com relação a esse capítulo VII, a discrepância com relação àquilo que encontramos nos manuscritos não é grande (salvo num ponto essencial, como veremos), e as *Bemerkungen* sendo um livro mais disseminado, é razoável remetermos-nos a elas.

uma versão “por extenso” do aforismo 5.631 do *Tractatus*. Sua função, então, seria indicar - ainda que rapidamente - que o projeto de análise completa esbarra *apenas* na determinação temporal; quanto aos outros traços, o projeto tractariano pode perfeitamente ser efetuado (o que vai se refletir, nos capítulos II a VI, no fato de que esses traços são figuráveis, ao passo que a exibição do traço temporal migra para o momento da aplicação, como o sugere *Bemerkungen* 54b). Se eu me delonguei, aqui, na descrição desse miolo do capítulo VII é porque não irei deter-me nele depois.

O aforismo 75 abre uma terceira e última parte desse capítulo. A análise do espaço visual foi completada, e agora Wittgenstein parece *voltar* ao tema da possibilidade de uma linguagem fenomenológica. Nas *Bemerkungen*, esse trecho começa perguntando “o que a linguagem fenomenológica faz com o tempo?”. E prossegue propondo um novo “modelo” de linguagem fenomenológica que será comentado de uma forma algo ambígua.

Irei, agora, descrever rapidamente o núcleo da primeira parte, indicando alguns pontos. Wittgenstein começa por supor *que fosse capaz de lembrar de todos os seus sense-data*, como Funes, o memorioso. Se assim fosse, pergunta ele, o que impediria de descrevê-los de maneira não hipotética? O 1º ponto, então, é essa suposição de uma memória absoluta.

Eu poderia, nos diz ele em seguida, descrever as imagens visuais que eu senti da seguinte forma: através de figuras plásticas *em escala reduzida e modeladas apenas até o ponto em que minha visão de fato alcançou* (as costas dessas estatuetas, por exemplo, não seriam modeladas, e seriam rasuradas como inessenciais). O segundo ponto, então, é essa “gambiarra simbólica”: embora essa descrição se aproxime de uma sintaxe natural (o redondo simbolizando o redondo, etc), não há necessidade de levar isso a ferro e a fogo.

Até aqui, diz Wittgenstein, tudo vai bem. Mas ele pergunta, ato contínuo: e o tempo que se leva para aprontar essas estatuetas? Ele supõe que *elas ficariam prontas na mesma velocidade em que minha memória vai*. Esse é o terceiro ponto, que contrasta com o segundo. Ali - no caso dos traços visuais -, valia uma gambiarra sim-

bólica - a reprodução se dá em escala, com uma parte rasurada como inessencial; aqui, ele exclui a escala: ele pede a *mesma velocidade*.

Por fim, Wittgenstein conclui: mas suponhamos que eu *releia* essa descrição - não é ela agora hipotética? O texto não prima pela clareza, mas é óbvio que o problema se dá com o traço temporal; ele é grifado no terceiro parágrafo, logo após se ter dito que "até aqui tudo vai bem"¹⁸.

A primeira questão é a seguinte: por que razão Wittgenstein supõe uma memória colossal? Vamos afastar, de imediato, dois contra-sensos. O primeiro seria o de imaginar que aquilo que se supõe é a confiabilidade da memória, já porque a memória *no mundo do dado* é matriz do conceito de passado, ela me dá acesso imediato ao passado, ela é confiável por definição¹⁹; mais do que isso, o que é suposto é uma enorme *extensão* da memória, uma extensão total, e não um grau superlativo de confiabilidade. O segundo contra-senso seria o de imaginar que isso é necessário para dar uma descrição perfeitamente verídica, *integralmente* verídica. A linguagem fenomenológica não se caracteriza por enunciar apenas proposições verdadeiras, mas por especificar integralmente seu sentido.

Parece-me que a única maneira razoável de entender essa suposição consiste em vinculá-la à determinação da localização temporal - e, aqui, a presença do vocabulário bergsoniano do "tempo homogêneo físico" nos manuscritos é essencial. Se o tempo do dado - ao contrário do tempo físico/do tempo da física - é heterogêneo, nele eu não posso aplicar uma régua fixa, eu não posso determinar um certo instante desse tempo a partir da aplicação repetida de um certo "metro temporal" (algo como "há tantos segundos atrás"). A idéia, então, por sob essa suposição, é a de determinar a posição temporal de um evento inserindo o evento-quadro que irá descrevê-lo numa série similar àquela na qual o

(18) E, como dissemos, toda a parte final dessa primeira parte do capítulo deixa claro que o problema é efetivamente o tempo.

(19) Cf., por exemplo, *Bemerkungen*, 50, p. 82 e 52, p. 84.

evento descrito se insere - por isso a necessidade de lembrar de "todos" os meus dados sensoriais.

Desde já, se pode ver qual será o problema: uma tal série de eventos não terminará plenamente o fluxo da experiência que se procura descrever. O que faltou determinar é, por assim dizer, o "ritmo" dessa série de eventos. O que pode esconder essa falha, no momento da *produção* dessa descrição, é justamente o fato de que ela é produzida como uma *cópia*. No momento em que eu produzo uma determinada estatueta, quando estou "escrevendo essa descrição", eu utilizo como *modelo* um determinado evento, situado temporalmente, e eu sei que esta estatueta representa aquela imagem visual pretérita porque eu a *instituo* como representante daquela. Mas quando, ao invés de produzir a descrição a partir do modelo, eu procuro ler na própria descrição a indicação de qual instante do tempo passado é visado por tal ou qual estatueta, eu nada encontro.

Mas a identidade do "ritmo" não estava garantida pelo fato de que a produção das estatuetas se dá *na mesma velocidade em que minha memória vai*? Aqui, o que é notável é justamente o fato de que Wittgenstein modela por referência à memória e não por referência ao fato passado, ao contrário do que ocorria com os aspectos visuais. Neles, Wittgenstein se referia não àquilo que me lembro de ter visto, mas àquilo que "foi realmente visto"; mas essa velocidade não é a velocidade "em que eles foram realmente vistos", mas a velocidade "em que minha memória vai". O ponto não é que minha memória talvez me traia, mas é que a memória que "tem uma velocidade presente" é rememoração, é um processo temporal sucessivo e não simultâneo ao processo temporal rememorado. Dizer que ela preserva o mesmo "ritmo" é, no fundo, supor que eu possa superpor o tempo presente ao tempo passado - isto é, supor que o tempo seja homogêneo.

Tal me parece ser a análise correta dessa primeira parte: é a heterogeneidade do tempo do dado que é obstáculo a que a linguagem especifique integralmente seu sentido. Há um ritmo - algo como uma "*durée*" que escapa ao alcance da linguagem, essencialmente homogeneizadora. Se a linguagem é essencialmente "algo físico" por ser algo que "flui no tempo físico", é porque o modo pelo qual ela faz a descrição corresponder ao descrito no que diz respeito ao traço temporal

se apóia numa regularidade “causal” que permite identificar trechos sucessivos como tendo “a mesma duração”. É essa leitura que me parece confirmada pela argumentação que encontramos na terceira parte.

Como vimos, após ter concluído, na primeira parte do capítulo, que a linguagem é necessariamente “algo físico”, após ter assinalado, na segunda parte, que, por outro lado, se a determinação temporal não pode ser inteiramente figurada, todas as outras determinações o podem, na terceira parte, Wittgenstein parece voltar ao tema da linguagem fenomenológica (“se a linguagem fenomenológica isola o espaço visual, e o que nele ocorre, de todos os outros, o que faz com o tempo?”) e propor um novo modelo de descrição fenomenológica.

O estatuto dessa pretensa “volta” mereceria longos comentários; mas, para completar nosso esforço de mostrar que a oposição entre o tempo heterogêneo do dado e o tempo homogêneo da física é central nesse capítulo, passemos ao novo modelo. Wittgenstein parte da constatação de que somos capazes de reconhecer dois intervalos de tempo como iguais. Ele suporá - para facilitar - que as alterações no espaço visual se dêem aos trancos, a par e passo com as batidas de um metrônomo. Então, diz ele, eu posso dar uma descrição desse processo.

Parece-me claro que os intervalos de tempo que somos capazes de reconhecer como iguais são intervalos de tempo *simultâneos* e não *sucessivos*. Isto é, o que eu sou capaz de reconhecer como igual é o intervalo de tempo entre uma alteração do meu campo visual e outra e o intervalo de tempo entre uma batida de metrônomo e outra. Se assim for, o que está sendo avançado por esse modelo é claramente a troca de uma determinação absoluta da localização temporal por uma determinação *relativa* dessa localização. Eu especifico a posição temporal de um evento especificando “a quantas batidas de metrônomo” ele se encontra do momento presente.

Por outro lado, é claro que a determinação absoluta não sumiu de vista - ela não foi abandonada, nem Wittgenstein está pensando que ela talvez não exista (que o tempo seja, como o espaço de Poincaré, puramente relativo). O que simboliza, aqui, é a *batida do metrônomo*, e o que falta à determinação relativa (o “ritmo”)

é introduzido, na descrição, pelo ritmo do símbolo, da batida do metrônomo. Não é exatamente a simultaneidade entre batida e alteração que é descrita: essa simultaneidade é parte do método de descrição. Ou seja, de modo muito simples: já que a reprodução do processo temporal era impossibilitada pelo fato de que dois comprimentos de tempos sucessivos não eram superponíveis, passa-se a uma reprodução *simultânea*.

Apenas para não deixar o argumento a meio do caminho, vou resumir²⁰ o que me parece ser o seu momento final. Wittgenstein vai dizer que, nessa descrição, se evitou todo elemento hipotético *salvo o que jaz na pressuposição de que a descrição me seja dada independentemente da parte dela que está à minha frente agora*. Aparentemente, essa descrição determina, por seu próprio ritmo temporal, o ritmo temporal do descrito. Mas isso é uma ilusão: a determinação temporal não foi *figurada*. As relações temporais entre as diversas fases do símbolo não simbolizam as relações temporais entre as diversas fases do simbolizado porque uma fase passada do símbolo, sendo passada, *não é*, e não pode, em conseqüências, simbolizar (um pouco como, no *Tractatus*, um fato negativo, *por si mesmo*, não simboliza). O que eu obtenho é uma sucessão de simbolizações que não é uma simbolização de uma sucessão. Para obter a simbolização de uma sucessão, seria preciso dispor da descrição por outro modo que não seja a sucessiva presença de suas “partes” (era esse o “elemento hipotético”).

III

“Aquilo que entendemos por ‘linguagem’ flui no tempo físico, homogêneo”: não há muito como duvidar da origem bergsoniana dessa frase. A oposição entre um tempo real, não homogêneo, e uma representação distorcida do tempo como

(20) Em *Fenomenologia em Wittgenstein*, eu ofereço essa análise por extenso; é bem verdade que ali eu projeto na primeira parte do capítulo VII o argumento que só está presente nessa terceira parte (me valendo, aliás, explicitamente das observações que se encontram nessa terceira parte).

um tempo homogêneo, vinculado à ciência, à física, é inequivocamente bergsoniano. Embora Rush Rhees tenha, na sua edição das *Bemerkungen*, extirpado o termo “homogêneo” dessa frase²¹, resta que o seu sentido continua guiando a argumentação presente nesse capítulo VII. Eu gostaria de terminar com duas observações rápidas: em primeiro lugar, eu gostaria de indicar o contexto desse par conceitual (homogêneo/heterogêneo) em Wittgenstein²² e, depois, um limite mais ou menos imediato para essa aproximação que eu tentei estabelecer entre Bergson e Wittgenstein.

Já o espaço visual, nos diz Wittgenstein, é heterogêneo. Essa caracterização me parece poder ser compreendida a partir da referência ao “*starren maßstab*”, evocado nas primeiras páginas dos manuscritos de 1929²³: no espaço visual não estamos no domínio da régua rígida, isto é, eu não posso trasladar essa régua para “medir” uma outra parte do espaço visual; não há como comparar dois segmentos do espaço visual e dizer: têm o mesmo tamanho - não porque não tenhamos garantia de que a régua não “encolheu” durante o trajeto, mas porque, na ausência de um critério para decidir de houve alteração ou não, não há como falar nessa possibilidade²⁴.

E o que permitiria a Wittgenstein atribuir ao tempo - e também ao espaço visual - essa heterogeneidade? A “razão” que eu vou evocar aqui não pode se apoiar em nenhuma afirmação direta de Wittgenstein; no entanto, ela se apóia num raciocínio que me parece sustentável. Se eu estiver correto, é a mesma razão

(21) A expressão figura não apenas nos manuscritos mas também no datiloscrito que serviu de base para a edição de R. Rhees, assim como em todas as retomadas desse texto em momentos posteriores.

(22) A “história” do uso desse conceito por Wittgenstein é complicada. Sua primeira aparição nos manuscritos vai à contra-corrente do que estamos expondo; de fato, o termo homogêneo aparece pela primeira vez para caracterizar, justamente, o tempo (*WAI*, p. 46).

(23) Cf. *WA I*, p. 14.

(24) Veja-se, a esse respeito, por exemplo, a análise do espaço de Poincaré: “Espace et géométrie” em *La science et l’hypothèse*.

que permite atribuir ao tempo (genuíno, imediato) e ao espaço visual (isto é, genuíno, imediatamente dado) a característica da heterogeneidade. Esses traços do imediatamente dado, por definição, não podem ser construídos: são dados (é o corte entre a lógica e sua aplicação do aforismo 5.557 do *Tractatus*). Se eles fossem co-mensuráveis, ao que me parece, eles já não poderiam ser ambos dados, isto é, a comensurabilidade parece implicar em *construção*. Se uma “parte” de um determinado “segmento” do dado puder ser medido a partir da outra “parte” desse “segmento”, então eu posso especificar essa parte considerando apenas a primeira (e acrescentando minha atividade simbólica “puramente lógica”). Assim sendo, uma “parte” do dado poderia ser *construída*, não seria, portanto, *dada*. Voltemos, agora, àquele resultado “bergsoniano”.

Tratar-se-ia realmente de Bergson? Em parte, claramente sim. No entanto, parece que não podemos dizer que seja a *heterogeneidade* do tempo que impossibilita uma representação não-distorciva. Como acabamos de ver, para Wittgenstein não é apenas o tempo que tem esse caráter “não-homogêneo”; assim, se é o tempo - e não os outros traços da realidade - que impossibilita uma linguagem não-distorciva, não será a heterogeneidade que poderá ser responsabilizada por esse fracasso expressivo, mas alguma outra característica do tempo. Por essa razão (ou por outra) deveríamos fechar, tão logo aberta, essa aproximação entre Bergson e Wittgenstein; resta que, por sob essa pequena ocorrência terminológica do vocabulário bergsoniano na pena wittgensteiniana passam temas de primeira importância para o filósofo austríaco.

RESUMO

Neste artigo, retomamos a aproximação feita por Pariente entre Bergson e Wittgenstein, e procuramos indicar como ela poderia ser prolongada, em novas bases, por meio dos textos de Wittgenstein de 1929/30 dedicados à questão do tempo. Comentadores como Denis Perrin já notaram a relevância da reflexão wittgensteiniana acerca do tempo para a questão do abandono, por parte de Wittgenstein, do projeto de uma linguagem fenomenológica. Não obstante, creio que não foram inteiramente explicitadas as razões que levaram Wittgenstein a esse abandono. O núcleo desse artigo consiste numa breve análise do capítulo sete das *Philosophical Remarks*, na qual procuro

mostrar que a chave daquela questão se encontra no uso, por parte de Wittgenstein, do conceito bergsoniano de um tempo da experiência imediata concebido como “heterogêneo”, em contraste com o tempo “homogêneo” da física.

Palavras-chave: Wittgenstein, Bergson, Tempo, Homogeneidade, Linguagem

ABSTRACT

This paper is an attempt to reassess Pariente’s thesis concerning the similarities between Bergson and Wittgenstein. We argue that the thesis can be given an enlarged basis when we consider the texts written by Wittgenstein in 1929-30 dealing with the problem of time. The relevance of Wittgenstein’s reflections on time for the dismissal of the project of a phenomenological language has already been noticed by authors like Denis Perrin. Nevertheless, I think they do not provide all the reasons which led Wittgenstein to abandon that project. I offer a brief analysis of Chapter 7 of the Philosophical Remarks, trying to show that a central clue to this issue is to be found in Wittgenstein’s mention of the Bergsonian concept of a “heterogeneous” time (the time of immediate experience), as opposed to the “homogeneous” physical time.

Keywords: Wittgenstein, Bergson, Time, Homogeneity, Language

Recebido em 05/2005

Aprovado em 09/2005